

## **CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE GOIÁS**

**Goiânia - GO**

### **RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE CONTROLES INTERNOS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31/DEZ./12**

#### **01. INTRODUÇÃO**

Nossos trabalhos foram realizados conforme contrato de prestação de serviços firmado com essa autarquia no que se refere à revisão dos Controles Internos do CAU/BR e dos 27 Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal.

Nossa visita foi realizada durante o mês de mar./13 e dirigida para atender aos seguintes pontos previstos na Tomada de Preços nº 1/2012 do CAU/BR, compreendendo:

- Revisão dos controles internos relacionados às Áreas Contábil/Orçamentária, Financeira, Administrativa, de Recursos Humanos e de Sistemas.

Para a análise desses assuntos foram contatadas as diversas áreas/setores responsáveis e, por meio das entrevistas, dos exames documentais, bem como dos demais testes, os mesmos foram por nós avaliados e comentados. Convém frisar que todos os comentários colocados por nós foram feitos com base nos exames e informações verbais dos gestores, inclusive com as observações dos responsáveis pelos setores/áreas quando julgado esclarecedor.

#### **02. PLANEJAMENTO DA AUDITORIA**

Os trabalhos relativos a presente tomada de preço foram incluídos em nosso Planejamento de Auditoria para realização em visita única no CAU/GO em mar./13, período em que ocorreram as entrevistas, exames de operações e respectivos documentos, bem como testes específicos quando aplicável ou exigido, para a qual está sendo emitido este relatório.

#### **Conhecimento que Gera Valor**

Brasília - (61) 3321.5481  
Curitiba - (41) 3322.8284

Fortaleza - (85) 3264.0159  
Salvador - (71) 3351.6060

Recife - (81) 3465.0036  
São Paulo - (11) 3819.2207

Porto Alegre - (51) 3342.5858  
Rio de Janeiro - (21) 2539.2988

## (A) ÁREA ADMINISTRATIVA - RECURSOS HUMANOS E LICITAÇÕES

Avaliamos os controles internos sobre os processos de admissão e de demissão, processos seletivos públicos existentes na entidade, para a contratação de empregados, dando ênfase a seleção, testes e/ou entrevistas, documentação, registro de empregados, guarda de documentos, etc.

Revisamos os cálculos da folha de pagamento, com abrangência no controle de pagamentos de horas extras, auxílios, faltas, atestados médicos e abonos de faltas e demais normas trabalhistas, incluindo as retenções e conferências das bases de cálculo de INSS, FGTS, IRRF.

Não avaliamos os critérios de cálculo da provisão para férias e 13º salário por falta de constituição das mesmas.

Relacionamos a seguir os pontos anotados, os quais já foram comentados com as áreas responsáveis e que entendemos conveniente destacar, para informação e/ou com recomendações adicionais, conforme o caso, sobre controles internos, procedimentos contábeis em geral ou sobre outras situações.

### (A.1) PPRA

Não foi providenciada a confecção do Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais - PPRA.

A Norma Regulamentadora nº 9, da Portaria SSST nº 3.214/78, com modificação da Portaria SSST nº 25/94, estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e Instituições que admitam trabalhadores como empregados, do PPRA, visando à preservação da saúde e integridade física dos trabalhadores por meio da antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

As ações do PPRA devem ser desenvolvidas no âmbito de cada estabelecimento da empresa, sob a responsabilidade do empregador e com a participação dos trabalhadores, estando a sua abrangência e profundidade relacionadas às características dos riscos e das necessidades de controle.

## Conhecimento que Gera Valor

O PPRA deve conter, no mínimo, a seguinte estrutura:

- planejamento anual com estabelecimento de metas, prioridades e cronograma;
- estratégia e metodologia de ação;
- forma do registro, manutenção e divulgação dos dados;
- periodicidade e forma de avaliação do desenvolvimento do PPRA.

Ao empregador compete estabelecer, implementar e assegurar o cumprimento do PPRA, como atividade permanente da empresa.

Conforme a NR-9 item 9.2.1.1 da Portaria acima descrita, deverá ser efetuada sempre que necessário e pelo menos uma vez por ano, uma análise global do PPRA para avaliação do seu desenvolvimento e realização dos ajustes necessários e estabelecimento de novas metas e prioridades.

Recomendamos regularizar essas situações.

## **(A.2) PCMSO**

Não foi elaborado o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.

Em sua nova redação, a Norma Regulamentadora - NR nº 7, da Portaria SSST nº 3.214/78, estabeleceu a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte dos empregadores e Instituições que admitam empregados, do PCMSO, visando a promoção e preservação da saúde do conjunto de seus trabalhadores. Para tanto, devem ser observados os seguintes parâmetros mínimos e diretrizes gerais, os quais podem ser ampliados mediante negociação coletiva de trabalho.

É de responsabilidade do empregador:

- garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO e zelar pela sua eficácia;
- custear todos os procedimentos relacionados ao PCMSO e, quando solicitado pela inspeção do trabalho, comprovar a execução da despesa;
- indicar, dentre os médicos do SESMT da instituição, um coordenador responsável pela execução do Programa;
- no caso de entidade desobrigada de manter Médico do Trabalho, deverá o empregador indicar este profissional, empregado ou não, para coordenar o PCMSO; e

## **Conhecimento que Gera Valor**

Brasília - (61) 3321.5481  
Curitiba - (41) 3322.8284

Fortaleza - (85) 3264.0159  
Salvador - (71) 3351.6060

Recife - (81) 3465.0036  
São Paulo - (11) 3819.2207

Porto Alegre - (51) 3342.5858  
Rio de Janeiro - (21) 2539.2988

- inexistindo na localidade Médico do Trabalho, pode-se contratar médico de outra especialidade para a referida coordenação.

A adoção do programa deve obedecer a um planejamento das ações de saúde a serem executadas durante o ano, devendo estas ser objeto de relatório anual.

Deverá incluir, também, dentre outros, a realização dos exames médicos admissional, periódico, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissional.

Para cada exame médico realizado será emitido o Atestado de Saúde Ocupacional - ASO, em duas vias que terá o seguinte destino: a primeira ficará arquivada no local de trabalho à disposição da fiscalização e a segunda obrigatoriamente será entregue ao empregado, mediante recibo na primeira via.

### **(A.3) GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO**

Os empregados que exercem a função de Assessores, Coordenadores e Gerentes foram liberados da obrigatoriedade da marcação de sua jornada em seus cartões ponto, em virtude de exercerem cargos de confiança.

Destacamos que o parágrafo 2º do art. 74 da CLT determina que, para os estabelecimentos com mais de dez empregados, será obrigatória a anotação da hora de entrada e saída, em registros manuais, mecânicos ou eletrônicos, não podendo a organização, ainda que o queira dispensar seus empregados da adoção desta prática.

Por outro lado, o art. 62 da CLT, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.966/94, estabelece que não são abrangidos pelo capítulo de Duração do Trabalho:

I - os empregados que exercem atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho;

II - os gerentes, assim considerados os exercentes de cargo de gestão, aos quais se equiparam, para efeito do disposto neste artigo, os diretores e chefes de departamento ou filial.

### **Conhecimento que Gera Valor**

Brasília - (61) 3321.5481  
Curitiba - (41) 3322.8284

Fortaleza - (85) 3264.0159  
Salvador - (71) 3351.6060

Recife - (81) 3465.0036  
São Paulo - (11) 3819.2207

Porto Alegre - (51) 3342.5858  
Rio de Janeiro - (21) 2539.2988

Todavia, visando instituir um mecanismo de proteção ao trabalhador, estabeleceu o legislador, que não estão compreendidos na definição do inciso II do citado art. 62 da CLT os empregados cujo salário do cargo de confiança, compreendido a gratificação de função, se houver, seja inferior ao valor de 40% do respectivo salário efetivo.

Recomendamos a entidade revisar a situação atual adequando-se à legislação vigente, evitando possíveis transtornos com a fiscalização do Ministério do Trabalho, bem como Reclamatórias Trabalhistas.

#### **(A.4) DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES PARA FINS DE IMPOSTO DE RENDA**

Nas declarações de dependentes do IRRF, não constam as respectivas assinaturas dos cônjuges dos empregados.

De conformidade com o art. 642 e seus parágrafos, do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 3.000/99), os dependentes comuns ao casal poderão ser considerados na determinação da base de cálculo do imposto relativo a um ou ao outro cônjuge, proibida a concomitância da dedução correspondente a um mesmo dependente. Nessa hipótese, a declaração deverá ser subscrita por ambos os cônjuges.

A Declaração de Dependentes deve ser formalizada no modelo próprio estabelecido pela Receita Federal, contendo os dados de identificação e endereço e devendo ser renovada sempre que houver alteração de dados ou dependentes.

Recomendamos que se obtenha junto aos empregados, quando for o caso, a assinatura em questão.

#### **(A.5) VALE-TRANSPORTE**

A entidade não está fornecendo a seus empregados o benefício do vale-transporte.

Apenas os empregados que exercem as funções de Auxiliares Administrativos estão recebendo esse benefício a título de "Auxílio Transporte", sendo que sobre esses valores não estão incidindo o INSS e o FGTS.

#### **Conhecimento que Gera Valor**

Brasília - (61) 3321.5481  
Curitiba - (41) 3322.8284

Fortaleza - (85) 3264.0159  
Salvador - (71) 3351.6060

Recife - (81) 3465.0036  
São Paulo - (11) 3819.2207

Porto Alegre - (51) 3342.5858  
Rio de Janeiro - (21) 2539.2988

O vale-transporte constitui benefício que o empregador antecipará ao trabalhador para utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa.

Entende-se como deslocamento a soma dos segmentos componentes da viagem do beneficiário, por um ou mais meios de transporte, entre sua residência e o local de trabalho.

Não existe determinação legal de distância mínima para que seja obrigatório o fornecimento do vale-transporte, então, o empregado utilizando-se de transporte coletivo por menor que seja à distância, o empregador é obrigado a fornecê-los.

São beneficiários do vale-transporte os trabalhadores em geral e os servidores públicos federais.

De conformidade com o art. 7º do Decreto nº 95.247/87, para o exercício do direito de receber o vale-transporte o empregado informará ao empregador, por escrito, seu endereço residencial, os serviços e meios de transporte mais adequados ao seu deslocamento residência-trabalho e vice-versa.

A informação de que trata este artigo será atualizada anualmente ou sempre que ocorrer alteração das circunstâncias mencionadas, sob pena de suspensão do benefício até o cumprimento dessa exigência. O beneficiário firmará compromisso de utilizar o vale-transporte exclusivamente para seu efetivo deslocamento residência-trabalho e vice-versa.

A declaração falsa ou o uso indevido do vale-transporte constituem falta grave, podendo resultar em demissão do empregado por justa causa.

Caso o empregado não queira utilizar o vale-transporte deverá informar, também por escrito, a desistência do recebimento deste benefício, isentando a empresa da entrega obrigatória do mesmo.

Recomendamos regularizar a situação que se apresenta atualmente.

## **(A.6) PROVISÃO DE FÉRIAS**

A entidade não vem constituindo a Provisão de Férias.

### **Conhecimento que Gera Valor**

Brasília - (61) 3321.5481  
Curitiba - (41) 3322.8284

Fortaleza - (85) 3264.0159  
Salvador - (71) 3351.6060

Recife - (81) 3465.0036  
São Paulo - (11) 3819.2207

Porto Alegre - (51) 3342.5858  
Rio de Janeiro - (21) 2539.2988

Esta provisão será realizada a partir do exercício de 2013, segundo o contador, exercício em que ocorrerá o respectivo gozo de férias por parte do corpo funcional do Conselho.

#### **(A.7) SEGURO CONTRA INCÊNDIO**

Verificamos que o CAU-GO não efetuou o seguro contra incêndio dos imóveis locados. O Conselho conforme consta nos contratos de aluguéis entregará, após a vigência do contrato, os imóveis nas mesmas condições descritivas nos termos de vistorias dos imóveis.

O art. 22, inciso VIII, da Lei nº 8.245/91, descreve que o locador deverá "pagar os impostos e taxas, e ainda o prêmio de seguro complementar contra fogo, que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel, salvo disposição expressa em contrário no contrato".

Recomendamos, para mitigar os riscos em caso de sinistro que o conselho efetue seguro contra incêndio dos imóveis locados.

#### **(A.8) LICITAÇÕES**

Avaliamos os processos de compras de materiais para o estoque mediante licitação ou dispensa de licitação, exames das fases de empenho, liquidação e pagamento e conferência das notas fiscais no recebimento dos materiais, controle sobre os estoques e consumo de materiais. Verificamos a realização da despesa no balanço orçamentário.

Avaliamos os processos de compras de materiais para manutenção mediante licitação ou dispensa de licitação, exames das fases de empenho, liquidação e pagamento e conferência das notas fiscais no recebimento dos materiais e contabilização em despesas dos materiais para manutenção. Verificamos a realização da despesa no balanço orçamentário.

Avaliamos os processos de compras de móveis mediante licitação ou dispensa de licitação, exames das fases de empenho, liquidação e pagamento e conferência das notas fiscais no recebimento de móveis e seu registro no controle patrimonial e sua contabilização. Verificamos a realização da despesa no balanço orçamentário.

Avaliamos os gastos com transportes, solicitação e aprovação nos documentos da contabilidade. Verificamos a realização da despesa no balanço orçamentário.

#### **Conhecimento que Gera Valor**

Brasília - (61) 3321.5481  
Curitiba - (41) 3322.8284

Fortaleza - (85) 3264.0159  
Salvador - (71) 3351.6060

Recife - (81) 3465.0036  
São Paulo - (11) 3819.2207

Porto Alegre - (51) 3342.5858  
Rio de Janeiro - (21) 2539.2988

A seguir, anotamos alguns dos processos examinados e avaliamos os procedimentos adotados pela autarquia.

**(A.8.1) Processos 007/2012 - Locação da sede CAU/GO - Dispensa de Licitação - Art. 24, X da Lei N° 8.666/93**

Segue os seguintes passos do processo licitatório:

- Despacho para providência em caráter de urgência a locação de imóvel e disponibilidade financeira - Presidente.
- Ata da reunião plenária extraordinária do CAU-GO, realizada em 18/jan./12.
- Despacho - Disponibilidade orçamentária de R\$ 60.000,00 - Rubrica 6.2.2.1.1.01.04.04.027.
- Exposição de motivos CAU/GO n° 03/2012 - Reconhecimento de dispensa de licitação para a locação.
- Parecer Jurídico - (Locação de imóvel p/funcionamento do CAU-GO) art. 24, inc. X. - 01/mar./13.
- Termo de Ratificação de dispensa de licitação.
- Publicação no Diário Oficial da União, n° 74, 17/abr./12, folha 166.
- Informações de valores para comercialização (avaliação prévia) - Imobiliária Construtividade Ltda.
- Contrato de locação de imóvel comercial p/ o CAU-GO (sala 1010) - prazo 12 meses. (10/04/12 a 10/04/13).

**(A.8.2) Processo 002/2012 - Assessoria Contábil Financeira - Dispensa de Licitação - art. 24, IV da Lei n° 8.666/93**

Inicia-se o processo de contratação de serviços sem licitação com a requisição/solicitação em formulário próprio pelo Presidente do Conselho referente à dispensa de licitação para o jurídico. O parecer do jurídico do CAU/GO com embasamento do artigo 24, inciso IV e artigo 25, inciso II da Lei das Licitações. O contrato tem a vigência de 6 meses, iniciando-se dia 14/fev./12 a 14/ago./12, no valor de R\$ 3.620,00 mensais, totalizando R\$ 21.720,00 anuais. Publicado no Diário Oficial da União n° 74 de 17/abr./12 na folha 166.

Cabe destacar que de acordo com o § 1° do art. 24 da Lei n.º 8.666/93, o valor limite para a contratação de serviços no valor de R\$ 16.000,00.

**Conhecimento que Gera Valor**

Brasília - (61) 3321.5481  
Curitiba - (41) 3322.8284

Fortaleza - (85) 3264.0159  
Salvador - (71) 3351.6060

Recife - (81) 3465.0036  
São Paulo - (11) 3819.2207

Porto Alegre - (51) 3342.5858  
Rio de Janeiro - (21) 2539.2988



Recomendamos que sejam observados os dispostos da Lei nº 8.666/93, tendo em vista a responsabilidade e sanções legais.

## **(B) ÁREA FINANCEIRA - CONTÁBIL/ORÇAMENTÁRIA**

Avaliamos os procedimentos adotados pela área financeira quanto aos empenhos, apropriação de receitas, controle da movimentação financeira, aplicações financeiras, partição das receitas, documentos contábeis e os registros em suas respectivas contas através do sistema de amostragem, pagamentos dos restos a pagar, conciliações bancárias e testes para avaliação dos documentos apresentados nos suprimentos de fundos e procedimentos nas prestações de contas.

A seguir, relacionamos os itens anotados, os quais já foram comentados com as áreas responsáveis e que entendemos conveniente destacar, para informação e/ou com recomendações adicionais, conforme o caso, sobre controles internos, procedimentos contábeis em geral ou sobre outras situações.

### **(B.1) SUPRIMENTO DE FUNDOS**

Verificamos os procedimentos adotados para concessão, guarda, utilização e prestação de contas de Suprimento de Fundos e se o mesmo está de acordo com as normas, bem como se estão sendo concedidos a não funcionários.

Não foram detectadas divergências nos exames realizados.

### **(B.2) BANCOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

Verificamos a conciliação bancária do exercício de 2012, bem como as aplicações financeiras, a documentação suporte e sua escrituração contábil. Confrontamos os saldos contabilizados com a carta de confirmação (circularização) enviada pelo Banco do Brasil.

As aplicações financeiras estão em conformidade com a Resolução nº 29, de 06/jul./09, em seu art. 13, parágrafo único. Os recursos estão aplicados no fundo de investimento do Banco do Brasil CP Administrativo Diferenciado e Absoluto, ambos considerados de alta liquidez e sem risco.

Não foram detectadas divergências nos exames realizados.

## **Conhecimento que Gera Valor**

### **(B.3) CIRCULARIZAÇÃO**

Em cumprimento às determinações legais constantes da Resolução nº 1219/09 do Conselho Federal de Contabilidade que aprovou a NBC TA 505, preparamos circularização visando à confirmação direta de saldos das contas bancárias de titularidade da Instituição, bem como solicitamos informações e posicionamento junto aos seus advogados, sobre o andamento, valores e perspectivas dos resultados dos processos judiciais a favor ou contra a empresa, sob seus cuidados e responsabilidade.

Não foram detectadas divergências nas informações obtidas do Banco do Brasil e advogados.

### **(B.4) CONTROLES DE INADIMPLENTES**

Os boletos de arrecadações (anuidades e responsabilidades técnicas), dos arquitetos tanto pessoa física como pessoa jurídica, são gerados pelos usuários no sistema SICCAU.

De acordo com o que nos foi informado, não é possível gerar relatório do referido sistema que contemple os profissionais cadastrados e inadimplentes.

Como ferramenta de controle e de cobrança administrativa de eventuais anuidades em atraso, sugerimos solicitar ao CAU-BR (gestor do contrato junto ao SICCAU) para disponibilizar o referido relatório.

### **(B.5) INVENTÁRIO E TERMO DE RESPONSABILIDADE**

Não apresentaram inventário físico nem o termo de responsabilidade dos bens do imobilizado.

De conformidade com o artigo 94 da Lei nº 4.320/64, para os controles sintéticos dos bens móveis e imóveis, haverá registros analíticos de todos os bens, com a indicação dos elementos necessários e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração e o artigo 96 determina que o levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade.

Recomendamos que seja efetuado no mínimo, anualmente, um inventário dos bens e que sejam emitidos Termos de Responsabilidade dos mesmos, segregados de acordo com os seus responsáveis pela guarda e administração.

#### **Conhecimento que Gera Valor**

Brasília - (61) 3321.5481  
Curitiba - (41) 3322.8284

Fortaleza - (85) 3264.0159  
Salvador - (71) 3351.6060

Recife - (81) 3465.0036  
São Paulo - (11) 3819.2207

Porto Alegre - (51) 3342.5858  
Rio de Janeiro - (21) 2539.2988

### **(B.6) IMOBILIZADO - DEPRECIÇÃO ECONÔMICA (VIDA ÚTIL)**

Até 31/dez./12 não foi contabilizado nenhum valor a título de depreciação dos bens.

Tal procedimento está previsto para ser realizado a partir de 2013.

### **(B.7) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 2012**

Para a conta de Restos a Pagar Processados do exercício de 2012, verificamos a dotação orçamentária e a nota de liquidação do empenho.

Não foram identificadas divergências nos controles internos e nos procedimentos adotados pela entidade.

### **(B.8) EVENTO SUBSEQUENTE**

O CAU-GO foi auditado nos dias 01 a 04/mar./13. No dia 19/mar./13 o contador do Conselho enviou o seguinte *e-mail* para auditoria, a saber:

A "Nota Fiscal de Serviços realizada em dezembro/2012 e paga em janeiro/2013, que ficou sem a inscrição em restos a pagar não processado, no valor de R\$ 22.000,00. Ficaram também algumas notas de empenhos sem anulação de Saldos".

O lançamento mencionado pelo contador, no valor de R\$ 22.000,00, segundo o razão contábil, refere-se a serviços de alimentação durante o evento do Prêmio CAU, fornecido pela empresa WR Festas Ltda.

O processo licitatório desde o empenho, liquidação e pagamento não foram apresentados para à auditoria.

### **(C) AUDITORIA DE SISTEMAS**

Conforme resposta do questionário de TI, constatamos que a infraestrutura é muito nova e possui poucos recursos de TI, constatamos também que estão passando por um processo de homologação (padronização de *Hardware, Software* e serviços).

#### **Conhecimento que Gera Valor**

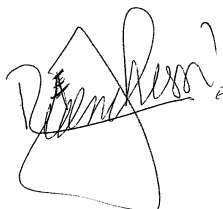
Brasília - (61) 3321.5481  
Curitiba - (41) 3322.8284

Fortaleza - (85) 3264.0159  
Salvador - (71) 3351.6060

Recife - (81) 3465.0036  
São Paulo - (11) 3819.2207

Porto Alegre - (51) 3342.5858  
Rio de Janeiro - (21) 2539.2988

Recomendamos que seja criada uma estrutura de rede com servidores e estações, política de segurança, plano de parada e contingência, *backup* dos dados, entre outros controles que possam atender e garantir as necessidades do CAU/GO com segurança.



AUDILINK & CIA. AUDITORES  
CRC/RS 003688/O-2 S-GO  
ROBERTO CALDAS BIANCHESSI  
CONTADOR CRC/RS 040078/O-7 S-GO

**Conhecimento que Gera Valor**

Brasília - (61) 3321.5481  
Curitiba - (41) 3322.8284

Fortaleza - (85) 3264.0159  
Salvador - (71) 3351.6060

Recife - (81) 3465.0036  
São Paulo - (11) 3819.2207

Porto Alegre - (51) 3342.5858  
Rio de Janeiro - (21) 2539.2988